

Palestra: A Corrente Estruturalista-Keynesiana de História Econômica

Wilson do Nascimento Barbosa¹

Resumo

Esta é a transcrição da gravação da palestra que ocorreu na sala de Conferências Fernand Braudel (Universidade de São Paulo), sob o nome "A Corrente Estruturalista-Keynesiana de História Econômica". O evento foi organizado pelo CAHIS – Centro de Estudos de História do Departamento de História da FFLCH-USP e ocorreu em 14 de outubro de 2008.

Palavras-Chave: Estruturalismo, keynesianismo, métodos indutivos, métodos dedutivos, escolas históricas.

Abstract

This is a corrected transcription of the records of the speech held at Fernand Braudel conference room (University of São Paulo), under the name "The keynesian – structuralist school of economic history". The conference was demanded by CAHIS – Centro de Estudo de História, DH-FFLCH-USP and occurred in October, 14 of 2008.

Keywords: structuralism – keynesianism – inductive methods – deductive methods – historical schools.

Formação na pós-graduação

Qual o problema do estudante de pós-graduação em História Econômica? É aquele problema de separar-se da experiência da graduação, em que todos os teóricos, todas as teorias e todas as interpretações pareciam ser certas e começar a caminhar com as próprias pernas. O investigador iniciante precisa fazer suas escolhas de (a) teoria, de (b) metodologia, de (c) temas a trabalhar e particularmente descobre que não ficou convencido com as explicações que

¹ Professor Titular do Departamento de História – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

lhe foram dadas, ou que encontrou nos livros, durante a graduação.

Ele então verifica que tem um problema de formação na pós-graduação. Para ser um pesquisador, ele tem que fazer escolhas, que muitas vezes lhe parecem difíceis, mesmo enquanto escolhas provisórias. O pós-graduando de História Econômica quer debater ou desenvolver uma certa tese, que não tem certeza se é correta ou não, que depende de certas premissas, para as quais ele deve escolher uma dada *metodologia* com que tire o máximo aprendizado desde sua *abordagem*. Isso vai-lhe permitir discutir a tese, talvez através de algumas *hipóteses*. Esta maneira de proceder que começou a se generalizar lá pelos anos (18)80, sessenta anos depois ganharia muito em eficácia, pela combinação de três metodologias de apoio, que em muito viriam facilitar o aprendizado científico nessa área das ciências sociais. São elas: a Contabilidade Nacional, a Estatística Inferencial e a Macroeconomia. A Contabilidade Nacional, como diz o historiador Marcos Cordeiro, é uma disciplina que permite padronizar a abordagem dos fenômenos econômicos de um país e compará-los em suas partes componentes dentro deste país ou em relação a outro país. A Estatística Inferencial é uma disciplina que permite usar a inferência sobre casos singulares e sobre o que neles é particular ou não; saber o que é particular ou o que é geral. As estimações, as provas de hipóteses e o estudo dos efeitos combinados das variáveis são ferramentas iniciais muito importantes para o estudante chegar à *medida econômica*, cujas tentativas se dão num campo da Estatística Inferencial chamado Econometria.

A Macroeconomia é uma disciplina que se dedica a ver a economia como um conjunto, subordinado a regularidades

próprias, e não como uma sucessão de casos particulares, como a oferta e a procura de um bem, o consumo de uma região ou grupo, o problema de alguma firma, etc. A análise macroeconômica trabalha com teorias gerais sobre o desempenho de conjuntos, como, por exemplo, os agregados da Contabilidade Nacional que podem ser descritos em dimensão estatística. Hoje em dia estas disciplinas estão bem condensadas como ponto de partida por diversos autores, sob a forma de manuais de ensino, como A. Pinheiro, Chiavenatto, Ruggles e Ruggles, E. Shapiro, Luís Fuenzalida, Donald Koosis e muitos outros.

De forma que os pós-graduandos, ou quem pretenda vir a sê-lo, deve recorrer a esses manuais, lê-los com atenção, fichá-los, etc, antes de procurar fazer os cursos respectivos dessas disciplinas que podem aproximá-los da condição de pesquisadores e não simplesmente leitores de trabalhos alheios. Quando você não estuda um assunto devidamente, fica com a impressão de que é inferior aos outros. Daí que é melhor trabalhar com rigor, para não ficar dependente de explicações dadas em sala de aula, muitas vezes de mão única, e um tanto apressadas pela extensão do programa. Se você vai fazer um curso tendo lido previamente a literatura do mesmo, obterá, decerto, um aprendizado muito melhor.

O fortalecimento dessas três metodologias de apoio da História Econômica não se deu ao acaso. A Macroeconomia é uma disciplina que evoluiu desde o seu primeiro formulador, Quesnay, até se tornar o elemento central da Economia Política, trabalhada que foi por todos os teóricos desta área da Ciência Social que produziram contribuições de efetiva importância. Um grande teórico – e não há mais que uma dúzia – faz uma escolha sobre qual teoria tem poder de

explicação mais extenso sobre o conjunto dos fatos econômicos e estabelece semelhante teoria como a vigamestra de toda uma cobertura capaz de expor corretamente a dinâmica econômica societária.

Repare que este é o mesmo problema que o investigador iniciante teve para fazer sua escolha. Mas enquanto eu, você e aquele investigador iniciante apenas escolhemos um tema para nossa pesquisa de mestrado e doutorado, aquele candidato a *grande teórico* escolheu explicar o todo, apanhando a rua principal escondida dessa cidade perdida que é o funcionamento econômico da sociedade.

Essa rua perdida pode ser a teoria do valor pelo trabalho; pode ser a teoria do valor pela utilidade; etc. Não importa aqui neste momento. O que importa é que a escolha tem que ser feita. O pós-graduando não chegará a nada coerente, caso não se familiarize com as disciplinas existentes e seja capaz de manejá-las.

Importância da História Econômica

Dentro das Ciências Sociais, a História Econômica é uma das disciplinas mais vinculativas. Max Weber, comentando as relações entre as ciências sociais, referia que cada disciplina nada mais é que uma porta, pela qual, ao se entrar, se adquire acesso a uma sala comum, onde já não tem importância qual foi a porta pela qual se entrou. Isso é uma verdade, aparentemente até óbvia. No entanto, é muito difícil para o cientista social adquirir uma visão interdisciplinar e conseguir aprender de outro ramo de atividade que não foi sua própria especialização. Nesse sentido, a História Econômica é uma ponte que interliga vários conhecimentos.

Como ponte, ela também substitui, com sua função, o terreno que falta. Ela oferece uma base sobre a qual muitas outras teses e explicações podem ver-se fundadas ou revelam-se mistificadoras. Aliás, este último ponto está fortemente ligado à irritação contra a História Econômica. Quando uma tese qualquer é desmistificada por uma prova oriunda da História Econômica, então o autor ou defensor daquela tese manifesta contra tal história toda sua irritação. Veja-se um exemplo. Os liberais, os antipopulistas, os udenistas, etc, de tamanha quantidade no meio acadêmico, costumam classificar o varguismo, o juscelinismo, etc, de “regimes populistas”. Segundo eles, Getúlio Vargas, Kubistchek e Goulart eram demagogos contumazes, que viviam de prometer aos trabalhadores soluções falsas e que nunca poderiam ser alcançadas. No entanto, quando se mede a taxa salarial daqueles governos, ou daquele regime pré-1964, verifica-se que a mesma taxa, nem antes, nem depois, nunca foi tão elevada. O mesmo se dá com o salário-mínimo, tanto nominal quanto real. Dessa forma, a observação empírica indica que a direita não tem razão. Na verdade, a aliança e conciliação pregada pelo getulismo ou varguismo, etc, entre “trabalhadores e patrões” não era mentirosa. Era um fato político comprovável com evidência econômica. Como se vê, até mesmo uma função de produção pré-1964 indica uma remuneração muito maior do que aquela propiciada pelo livre mercado dos liberais (ou fascistas?), que “libertaram” os trabalhadores do “populismo”.

Nesse caso, as teorias salvacionistas dos liberais têm que ser elaboradas descoladas da análise econômica da realidade e baseadas em hipóteses completamente falsas,

importadas desde a Austrália (curva de Phillips), Grã-Bretanha, etc.

Nesse caso, qual a vantagem que estará sendo propiciada pela metodologia da História Econômica? No lugar de simplesmente repetir coisas que teriam se passado em algum lugar e adotar o *evolucionismo aparente* de que o mesmo ir-se-ia passar aqui, a metodologia histórico-econômica toma certas categorias de uma teoria econômica e as mede na realidade local, para ver se aquela hipótese se constitui uma *possibilidade real* nas condições locais. Essa atitude relativizadora, que procura unir uma elaboração teórica (categoria, hipótese) com um teste na realidade que se quer conhecer, não resulta de todos os tipos de pensamentos ou escolas filosóficas. Esta postura no quadro das ciências sociais foi produto de certas aproximações entre correntes abstracionistas do pensamento clássico e certas correntes da chamada escola clássica Alemã.

Assim, o historiador econômico procura obter e desenvolver ferramentas que lhe permitam compreender a época em que vive. Para tal historiador, a fronteira entre passado, presente e futuro obedece a parâmetros que se movem de acordo com certos interesses a iluminar e esclarecer. É óbvio para tal historiador que uma releitura de 1950-1960, de acordo com novos pressupostos, ilumina diferentemente tanto aquela época quanto esta. Para as correntes estruturalistas em história econômica – e isso inclui a abordagem keynesiana – pode-se acrescentar novos elementos explicativos ao que já era conhecido ou suposto conhecer, a partir da modificação do conjunto de pressupostos de uma tese ou da própria tese. A resposta a se obter é sempre um esclarecimento adicional a outras teses

que já se haviam debatido. No entanto, nada disso modifica a importância que pode ser revelada desde o exame do singular ou do particular, que não é errado, mas é, obviamente, *diferente*. Assim, por exemplo, ordenar as relações (supostas) entre dadas variáveis supostas descritoras de uma realidade pode levar a um teste qualitativo ou quantitativo. No escopo de uma distribuição, por exemplo, quantitativa, de poucas observações fenomênicas – caso corrente nas relações histórico-econômicas – ter-se-á uma distribuição de Student, que pode ser lida pelos parâmetros t ou F . O estatístico F , por exemplo, testa o efeito do conjunto das variáveis independentes na equação construída. Toma-se o nível de significância (SL; NL) de 5% (ou outro) e vê-se o valor crítico respectivo na tabela, de acordo com os graus de liberdade (do numerador da razão). Expressa-se a hipótese como:

$H_0 : b_1 = b_2 = b_3 = 0$ (ausência de efeito)

$H_1 : b_1 \neq b_2 \neq b_3 \neq 0$ (presença de efeito)

Traços da economia neoclássica

Diferentemente da abordagem estruturalista da história econômica, a teoria econômica dominante até 1931 (e depois entre 1973 a 2008), ou seja, a chamada escola neoclássica, não se interessa pelos (a) efeitos da observação histórica; nem (b) pelas peculiaridades de cada caso macroeconômico; nem, conseqüentemente, pelo (c) caráter necessariamente inexato da medida do fenômeno econômico.

A escola neoclássica tem defendido em todas as suas variantes, o (1) caráter abstrato e lógico dos fenômenos econômicos; portanto, submetidos à (2) medida exata pelo cálculo diferencial; e (3) o fundamento psicológico racional dos “agentes econômicos”, que não se confundem com grupos sociais ou classes sociais.

Como acúmulo de conhecimento são três os traços da teoria neoclássica:

- há uma situação de equilíbrio econômico de longo prazo no capitalismo de mercado; por isso, a economia, “deixada livre”, tende sempre a restabelecer tal equilíbrio;
- se o equilíbrio é contínuo, o crescimento é balanceado; dão-se taxas de crescimento constantes; ou seja, o equilíbrio é proporcional;
- os *agentes econômicos* não têm um caráter político-social, ou não correspondem a seres histórico-sociais; a história nesse caso seria ilusória; por isso, existe estabilidade desse possível estado contínuo de equilíbrio e forças que reorientam o sistema, caso necessário.

Podem, segundo o exposto, ser consideradas *criaturas* da escola neoclássica as seguintes teorias econômicas contemporâneas, que expressam os atuais sistemas de poder: (a) o monetarismo bastardo; (b) a reaganomia (reaganomics); e (c) a chamada economia de oferta. Seus principais teóricos são Arthur Laffer, Jude Wanninsky, Milton Friedman, Robert Lucas, Frenkel, Johnson, Donald T. Regan e outros membros da “escola de Chicago”. Pode-se enumerar grosseiramente os principais traços dessas escolas cripto-liberais, como se segue:

- reduzir as “elevadas taxas” de impostos, principalmente aqueles incidentes sobre os ricos; restringir assim o Estado arrecadador de impostos;
- cortar as despesas sociais; eliminar o Estado do Bem-Estar Social; os pobres devem pagar suas próprias contas;
- eliminar os controles e a regulamentação do mercado (liberdade para poluir); eliminar o Estado regulador;
- voltar ao *mercado livre*;
- voltar à *empresa livre*;
- comércio internacional livre;
- contração da oferta monetária, através da volta ao padrão-ouro.

São traços da reaganomia (principal teórico: Donald T. Regan):

- redução do crescimento dos gastos públicos, com exceção das de defesa;
- diminuição das alíquotas fiscais; diminuição do período da depreciação das instalações, maquinaria, veículos e ferramentas;
- reforma da política de regulamentação; eliminar regulamentos desnecessários; reduzir os gravames à empresa privada e aos governos estaduais e municipais;
- incremento da moeda ajustada pelo ritmo da economia de bens e serviços.

É evidente que o conjunto dessas proposições, aparentemente produto de uma reflexão científica, escondem apenas dois objetivos: (a) maximizar a exploração dos trabalhadores e dos pobres em todas as partes; e (b) assegurar um comércio internacional amplamente favorável aos países ricos. Semelhantes propostas são coadjuvadas pelo

regulador mundial do comércio, o FMI, cujos objetivos programáticos são (artigo 1 do Estatuto):

- garantir a liquidez, favorecendo suficientes ativos de reserva internacional aos diferentes países, para financiar o déficit no Balanço de Pagamentos (BP);
- apoiar política de estabilização ajudando o crescimento sustentável do comércio mundial e da receita dos países, mediante a adequação de preços e volumes negociados internacionalmente.

Particularmente, o último desses preceitos do FMI equivale por um verdadeiro discurso para qualquer pessoa que ainda esteja viva. No entanto, a associação entre os objetivos do FMI com as ilações teóricas da escola neoclássica e de seus discípulos é ainda mais estarrecedora. Trata-se evidentemente de uma teoria de uma elite cujo principal objetivo é reservar o mundo para o seu consumo.

Estruturalismo econômico

Nós, que representamos outras forças sociais que não a elite da elite, também desejamos consumir alguma coisa no mundo. Até aceitamos a premissa atual de reduzir o consumo e atribuir-lhe *racionalidade* para deixar de lado o ambiente de savana do Serengeti, que a palavra *livre* empresta ao consumo das elites. Não nos agrada uma filosofia do mundo onde só há leões e gazelas. Para uma visão mais responsável, mais orientada pelos interesses coletivos, torna-se importante olhar para o *relativismo* das escolas não-ortodoxas, particularmente para as linhas estruturais da economia nacional. Todos aqueles que não acreditam que a solução do leão e da gazela sejam a mesma, costumam olhar para a metodologia econômica com um olhar diferenciado. Esta

diferenciação leva à escola estruturalista. Deixando de lado algumas interessantes correntes estruturalistas, vamos valorizar aqui apenas o *Keynesianismo* e o *estruturalismo latino-americano* de Prebisch e Furtado (corrente cepalina). Grosseiramente, eles podem ser assim resumidos.

Keynesianismo (para economias maduras):

- o mecanismo de preços no mercado não ajusta automaticamente, nem de maneira contínua, o desequilíbrio entre oferta e procura;
- o sistema de preços do mercado livre não é perfeito, nem eficiente; não cumpre as funções teóricas do equilíbrio;
- as negociações salariais no mercado de trabalho determinam salários nominais que são rígidos quanto a baixar; os salários reais não são aí determinados;
- a formação de poupança não assegura o investimento; mas o nível de investimento acarreta uma poupança proporcional;
- Não existe dicotomia entre setor monetário e o setor real; a importância da moeda deriva do fato de ser um elo entre presente e futuro, entre expectativas atuais e futuras;
- pode ser demonstrada (matematicamente) a importância da moeda e das instituições financeiras na economia real; e vice-versa;
- desajustamentos podem gerar desequilíbrio em qualquer dos três mercados:
 - no mercado de bens e serviços, a poupança não governa o investimento, nem a oferta cria a sua própria procura;

- no mercado monetário, o aumento da oferta monetária talvez não reduza a taxa de juros (a armadilha da liquidez); se a taxa de juros for sentida como “muito baixa”, pode tornar-se indiferente manter moeda em espécie ou adquirir outros ativos;
- no mercado de trabalho, os salários nominais não são flexíveis à baixa.

Influenciado pelas teorias de Keynes e Kalecki e pela experiência de industrialização latino-americana, formou-se neste continente o chamado *estruturalismo cepalino* (1942-1970), cujos principais expoentes foram Noyola Vasquez, Victor Urquidí, Louis Swenson, Raúl Prebisch, Celso Furtado e J.A. Mayobre. São os traços principais desta escola:

Comércio centro-periferia

- O progresso técnico reduz a composição de insumos primários no produto final;
- a elasticidade-renda da procura por alimentos é menor que um nos países industriais; logo, a procura por esses bens tende a decrescer em relação ao crescimento da renda desses países;
- os países industriais opõem barreiras ao livre comércio dos países periféricos, mas exigem a internacionalização da economia dos mesmos;
- a aliança entre os oligopólios e os sindicatos dos países industriais mantém os preços de sua força de trabalho e dos bens industriais artificialmente mais altos;

Estratégia de industrialização substitutiva:

- o promover políticas locais de industrialização, com protecionismo sadio;
- o elaborar políticas adequadas de alocação de recursos externos, reduzindo a competição em excesso dentro da região e promovendo a complementaridade dos mercados locais;
- o aplicar programas industriais de substituição de importações;
- o usar a política salarial local para expandir o consumo no mercado interno.

Torna-se evidente que o pensamento de Keynes, ao retirar o automatismo do mercado do primeiro plano da expectativa quanto a teoria, valorizou a elaboração independente de políticas econômicas e condenou o espírito de cópia dos manuais. O keynesianismo, com seu espírito cético, valorizou a instância empírica e contribuiu para dúvidas teóricas que levam ao *ineditismo* de outras interpretações (como Prebisch-Furtado).

Esta nova atitude é importante não apenas para se buscar entender o que ocorreu na história econômica em que tais personalidades viram-se envolvidas, como em geral, para o estudo de quaisquer fases de outras histórias econômicas, permitindo a dúvida, a descrença e a elaboração (teste) de outras hipóteses que ainda não foram ou haviam sido valorizadas.

Kalecki (1899-1970)

Michal Kalecki foi um economista de origem polonesa que se estabeleceu na Inglaterra. Sua formação marxista é o pano de fundo de todos os seus trabalhos. Desses, os mais importantes foram publicados a partir de 1931, sendo escritos

primeiramente em polonês e em francês. Por isso, seus trabalhos nos anos 1930 eram pouco conhecidos na Grã-Bretanha, devido à barreira do idioma. Como economista marxista, Kalecki estudou os dois braços da crise capitalista, ou seja, (a) a vertente da tendência à queda da taxa de lucro e (b) a vertente do problema da realização. Dessa forma, a procura efetiva estava no centro de suas preocupações, quando ele produziu a sua primeira família de modelos lineares para explicar a distribuição do rendimento nacional, a partir da efetivação da taxa de lucros.

Kalecki foi pioneiro no uso da matemática superior para expressar a dinâmica da matemática cíclica em modelos econômicos. Nesse sentido, ele deve ser reconhecido como o fundador da macroeconomia contemporânea. Após trabalhar alguns anos nas categorias econômicas dos clássicos e dos marxistas, Michal dedicou-se a construir modelos para expor a competição perfeita, a distribuição de rendimento e o conjunto das classes sociais. Elaborou para tanto o caminho formal de abordagem através das técnicas das diferenças finitas, que logo iria caracterizar a abordagem de modelos nos países da chamada Europa Oriental (“campo socialista”). Suas soluções caminharam para três momentos distintos:

1. – uso de técnicas lineares, com equações em diferenças para obtenção de ciclos, com temáticas de defasagem de variáveis (1931 – 1935);
2. – uso de sistemas não-lineares para obter ciclos endógenos (1937- 1939);
3. – uso de sistemas lineares, para representação com choques exógenos (1954).

Em virtude do rigor das elaborações de Kalecki, ele inspirou Joan Robinson, Kaldor e Goodwin em suas formulações da dinâmica keynesiana. Sendo Michal o pioneiro na solução matemática dos fenômenos cíclicos para distribuição de rendimento, sua relação instrumental de situar uma lacuna entre a decisão de investimento e a instalação de bens de equipamento seria adotada por Roy Harrod (1936). Roy utilizou o *mecanismo de lucro* kaleckiano para explicar o caráter defasado do *acelerador*, incluído no trabalho de Keynes. No entanto, a posição de Kalecki é mais rigorosa (taxa de lucro) do que o mecanismo acelerador, que recua a solução teórica para um mero compósito empírico. Para Kalecki a questão central da dinâmica econômica está, como em Marx, situada na taxa de lucros, de que derivam as determinações possíveis de distribuição do rendimento entre o capital e trabalho.

Dessa forma, a incorporação da macrodinâmica kaleckiana tornou a dinâmica keynesiana mais sólida. Mas o contrário não pode, contudo, ser dito.

O trabalho de Kalecki se sustenta por si mesmo. Os textos mais interessantes de Kalecki montam a cerca de trinta. Destes, os primeiros foram: as previsões de Sr. Keynes (1936); Uma teoria do ciclo econômico (1937); O princípio do risco crescente (1937); Os determinantes da distribuição do rendimento nacional (1938); Ensaio sobre a teoria das flutuações econômicas (1939); Uma teoria dos lucros (1942); Estudos em dinâmica econômica (1943); Aspectos políticos do pleno emprego (1943); Acerca do estado estacionário clássico do professor Pigou (1944); etc.

Kalecki exerceu também uma influência importante na formação da economia pós-keynesiana norte-americana

(1960-1990). Uma boa introdução brasileira ao pensamento kaleskiano é *Acumulação de capital e demanda efetiva*, de Jorge Miglioli. Os textos de Peter Krieslek, de Malcom Sawyer e Gary Dymski constitui acesso importante. No Brasil, além de Miglioli, entre outros, pode-se recorrer a: Tamás Szmrecsányi; Lenina Pomeranz; Cláudia Heller; e Gilberto Tadeu de Lima.

Assim, a sofisticada metodologia keynesiana de construção de modelos a partir do caráter probabilístico, com o uso da aleatoriedade, aprendeu em suas origens algo da formulação avançada da Macroeconomia por M. Kalecki. Do ponto de vista da metodologia da História Econômica, os recursos quantitativos que parametrizam as relações do presente com o futuro podem igualmente ser reconstituídos – pelo aspecto dos resíduos e outras técnicas – para permitir reconstruir diferentes passados alternativos. Dessa forma, as escolas de teoria marxista, keynesiana, estruturalista, etc, podem trabalhar suas potencialidades empíricas, valendo-se das diferentes disciplinas auxiliares, sem prejuízo da manutenção de suas respectivas independências de postulados. A cooperação teórica e metodológica dos pesquisadores keynesianos e marxistas na Cambridge inglesa comprovam o caráter frutífero de tal cooperação (1931-1980). Uma cooperação entre métodos abstratos e concretos.

Os historiadores econômicos têm assim sempre o que aprender de tão sólida experiência histórica. Atualmente, quando a História Econômica volta a despertar crescente interesse aos estudantes de pós-graduação, lembrar o ensinamento contido na experiência histórica é sempre relevante. É preciso também a história da história. Quando um estudante monta hoje um modelo sinusoidal ou um modelo

auto-regressivo, é bom que tenha noção das escolhas intelectuais e sociais que tornam possível tal poder explicador.

Keynes (1886- 1946)

Certos traços de personalidade que, por exemplo, Joan Robinson atribui a Keynes, devem haver influído bastante em sua maneira de elaborar o modelo teórico que hoje se conhece como Keynesianismo. Robinson, que foi muito próxima a Keynes, relata certos traços do mesmo. Vivaz, brincalhão, piadista até, aparentemente pouco observador das pessoas; sem meio-terminos, gostava ou não gostava de pessoas à primeira vista; cavalheiresco, até frio em situações formais, só poucos logravam privar de sua personalidade; de percepção profunda e rápida, desinteressava-se de debates retóricos ou arrastados.

Como ex-aluno de Marshall, Keynes tinha pruridos em criticar a Escola Neoclássica, coisa que, no entanto, fazia o tempo todo, apontando soluções que diferiam do modo de raciocinar daquela escola. Convivendo num meio de crítica sistemática, foi por isso estimulado a afastar-se cada vez mais do ninho marshalliano, sua origem. Para poupar Marshall, talvez inconscientemente, seu pensamento focou em certos pontos cruciais da elaboração teórica, capazes de permitir manter um elo estreito com o nível empírico, que para ele interessava manipular num curto prazo, *jogando fora todos os demais*. Esse abandono do aparato formal neoclássico, lhe permitiu constituir uma teoria compacta, de poucas hipóteses, bem aparafusada ao escopo da Contabilidade Nacional e, por isso, capaz de aferir os efeitos da política econômica *no curto prazo*.

Para Keynes, a possibilidade de se conhecer a *realidade* era escassa e talvez decepcionante. Doutor em probabilidade, era partidário da chamada escola *subjetiva*, que trata a matemática com a desconfiança que merece cada armadilha do espírito. Não sendo um crente, era quase um neokantiano – posição geralmente que lhe é atribuída. Para ele, não se conhece efetivamente o que ocorre, mas apenas as conjecturas próprias que se elaboram sobre as hipóteses do que se passa. Na área da economia, que considerava uma disciplina um tanto grosseira, era “impaciente com o baixo nível da elaboração corrente” (comentário, ouvido pelo palestrante, da própria Joan Robinson). Robinson comentava que sua mente brilhante rapidamente expunha ao ridículo os pontos cruciais do trabalho de semanas de seus colegas. Isso lhe gerava hostilidades ocultas.

A preocupação em dar à teoria o dever de contrastar com a realidade fez portanto Keynes diferenciar-se da escola matemática corrente que levava à condição neoclássica. A observação histórica exigia tirar algo da descrição dos fatos, gerando números que pudessem permitir em certo grau de verificação das teorias. Era uma ponte para a chamada Escola Histórica alemã, e o manejo da pesquisa empírica requeria o pressuposto de casualidade nas hipóteses elaboradas acerca do que se investiga. Esta independência da elaboração das hipóteses acerca da realidade leva naturalmente ao caráter estocástico da explicação dada sobre a mesma. Ou seja, desde a descrição dos fenômenos econômicos, deve-se chegar a uma dada conclusão sobre a direção – múltipla ou singular – das hipóteses explicativas que eles contêm.

O caráter hipotético, pois, das construções que são feitas sobre o real, decorre da compreensão inacabada que se tem de constituir desde a análise. Este elemento de indeterminação se expressa na condição de *aleatoriedade*. Ou seja, os pontos de vista lógicos que são constituídos sobre a natureza da realidade são *aleatórios*, mas não necessariamente que a realidade o seja. Então a teoria oferece hipóteses para descrever certas facetas da realidade que por elas (hipóteses) possam ser captadas. Desse modo, por exemplo, a função de consumo ou de investimento, são hipóteses que a teoria oferece para captar variações de diferentes realidades, no caso das economias nacionais, através dos aparatos metodológicos da Contabilidade Nacional e da Econometria. A medida dessas hipóteses em cada realidade particular permite elaborar elementos explicativos de conjunto que podem possuir – ou não – um caráter geral, ou um caráter particular.

Desse modo, uma variável dependente teórica pode expressar condições diferentes em distintos contextos metodológicos de aferição enquanto fenômeno. Por exemplo, o *consumo* expressa tanto uma hipótese teórica como, quando aplicada em relação funcional, manifesta tal hipótese num contexto do real, dando uma posição medida *maximizada* ou *ótima* de decisão dos consumidores, nos contextos daquelas relações passadas, presentes ou próximo-futuras. Essa *aferição* da realidade não é uma verdade absoluta, mas uma expressão *estocástica* e, portanto, hipotético-explicativa. Ela está expressa estatisticamente pela distribuição de Student. A distribuição da variável aleatória é expressa no cálculo das probabilidades. Seu mundo de existência é um conceito matemático.

De certa forma, o passo adiante das proposições keynesianas em relação às proposições neoclássicas consistiu na tentativa de aferição estatística da realidade para as hipóteses elaboradas, e não simplesmente em constituir regras dedutivas desde o fundo matemático disponível para justificar a realidade. Assim, o modelo keynesiano tornou possível medir diferentes hipóteses nele contidas sobre o funcionamento da economia, desde um prazo e parâmetros de escolha.

Revolução Keynesiana

Portanto, após as graves conseqüências da crise de 1929-1932, em que as variantes neoclássicas simplesmente deixaram de explicar ou produzir uma solução para a crise, coube a aqueles que discordavam do pensamento liberal – ortodoxo elaborar teorias alternativas. Entre os que se destacaram nessa tarefa, pode-se destacar M. Kalecki (diz-se “kaleski”) e J. M. Keynes. Uma vez que para Keynes a poupança de um país era uma função de seu rendimento global e menos de sua taxa de juros, esta menina-dos-olhos dos banqueiros perdeu a centralidade na explicação do fundamento econômico. A falta de flexibilidade da taxa de juros quanto a seus parâmetros limite (muito alto ou muito baixo), particularmente pior para baixo, desvincula da mesma o processo de liquidez e libera variantes decorrentes possíveis de política econômica. Os investimentos tendem a crescer quando diminui a taxa de juros, mas apenas até um ponto em que o total dos investimentos independe da mesma. Ao considerar o ambiente dispersivo o cenário geral da reprodução do capital, Keynes valorizou as políticas do governo para a indução do emprego e do crescimento, levando ao primeiro plano o uso das estatísticas nacionais e a

técnica de modelos de curto prazo associada com a contabilidade nacional.

A partir dos anos trinta, deu-se a “revolução keynesiana”, que valorizou a ação consciente da teoria do crescimento, da teoria do emprego e das técnicas estatísticas de modelização das situações econômicas que, obviamente, deviam ser testadas antes de experimentadas na prática. A descoberta de que a taxa de juros não desempenhava uma função equilibradora estimulou os estudos empíricos, reforçando o conhecimento efetivo tanto dos partidários de Keynes como de seus adversários. O discurso econômico teve que ser substituído por alguma nova qualidade, perdendo a teoria o seu lugar sagrado e passando agora para um novo nicho, onde é apenas uma conjectura que, se aprovada num teste, descreve parcialmente uma dada situação. Pode-se dizer que a revolução keynesiana consistiu no desaparecimento da pseudo sabedoria absoluta no campo das ciências sociais econômicas. Ela implicou tanto (a) numa nova atitude, como na (b) elaboração de novos métodos de trabalho.

Keynes, partindo da condição do dinheiro como mercadoria central, indicou que numa situação de crise a descida do preço do dinheiro é que se encontra no centro. Os inimigos do keynesianismo buscam sempre desqualificar essa tese, porque se ela se mantém observada torna difícil confundir o keynesianismo com as macaquices da chamada “síntese neoclássica”. O conflito entre o (1) sistema institucional e a (2) tendência à queda dos preços nas condições depressivas é a fonte de uma série de peculiaridades que impede o funcionamento dos alegres supostos automatizados de J. B. Say.

Os sindicatos de trabalhadores e a aliança dos oligopólios, por exemplo, lutaram neste ambiente para preservar o nível nominal de preços da força de trabalho e das mercadorias oligopolizadas, gerando excedentes, ou seja, desemprego e estoques não vendáveis.

Sendo os preços das mercadorias sustentados pelos oligopólios, a rigidez adaptativa na baixa contribui para levar o sistema a uma sucessão de pontos de equilíbrio temporários. Cada um desses possíveis patamares caracteriza um possível *equilíbrio com desemprego*, que impacta sobre (a) o consumo, (b) a poupança e (c) o investimento, com tendência a deprimi-los. Daí a importância de uma política de investimentos que busque reverter este *acúmulo crescente de forças desacumulativas*, através daquilo que se convencionou chamar de uma *elevada procura efetiva*. Com a descida do preço do dinheiro, surge a tendência ao *entesouramento*, com a compra de ouro, jóias, imóveis e outras formas de acumulação improdutiva. Quando diminuem os investimentos produtivos, diminui a parte da poupança que é levada à produção como investimento e diminuirá, em seguida, o consumo. Isto tende a agravar a crise econômica, a menos que haja uma política de investimentos reversa. Keynes acopla a sua teoria da crise a uma teoria de flutuações econômicas e coloca na categoria do investimento a centralidade para reverter a descida do preço do dinheiro. Os economistas partidários de Keynes trataram de desenvolver tais elementos, aprofundando o estudo empírico das categorias keynesianas e elaborando também modelos com e sem equilíbrio, dinâmicos e estáticos, para o estudo das conjunturas de médio e longo prazos. Concentram-se tais teóricos na exploração empírica das correspondências

estruturais entre poupança e investimento; poupança-rendimento; rendimento-consumo; consumo-investimento, etc. Estudaram a categoria do multiplicador, em suas formas dinâmicas para o investimento e o emprego, etc.

Foram notáveis estudiosos keynesianos (1930 – 1980) Joan Robinson, R. Harrod, E. Domar, L. Klein, E. Egnér, R.M. Goodwin, N. Kaldor, J.S. Duesenberry, J.W. Fellner, entre muitos outros. R.C.O Matthews, com os já citados, influenciou muito para a formação da chamada história econômica keynesiana, no período entre 1945 e 1975.

O corredor da Cambridge e o Circo

Joan Violet Robinson (1903 -1983) quase sempre nos debates de fecho de suas conferências, tinha que responder a perguntas sobre o famoso “corredor da Cambridge” e a formação do grupo dos keynesianos da Cambridge inglesa, o chamado Circo (Circus), onde Keynes sacramentou o texto de seu famoso “teoria geral” (1936). Ela mesma havia-se formado no Girton College em 1925 e casou-se no ano seguinte com E. Austin Robinson (1897-?). Ele, como funcionário do governo, foi para a Índia, onde ambos fizeram parte da chamada comissão de pesquisas das relações anglo-indianas. Depois de retornar, foram eles mesmos membros do “circo”, em seus debates sobre o impacto da crise de 1929-32 na teoria econômica e como superar isso. Era o grupo original, além de J.M. Keynes (1897-1946): Joan e Austin Robinson; Piero Sraffa (1898-1983); Richard Kahn (1905-1989); e James Meade (1907-?), que nunca se considerou keynesiano. Em torno do circo gravitavam outros estudiosos, com destaque para Roy Harrod (1900-1978), da Oxford; Evsey D. Domar (1914-1997) ; e da London School, Nicholas Kaldor (1908-1989), Abba Lerner

(1903-1982) e John Hicks (1904-1989), este também não-keynesiano.

Joan Robinson passou por todos os momentos teóricos da Cambridge inglesa no século XX (1925-1983) e pode ser tomada como um referencial do desenvolvimento dos keynesianos da Cambridge inglesa. Ela tornou-se livre-docente em 1937 e nos anos (19)30 fez importantes contribuições teóricas para os neoclássicos e o keynesianismo nascente. Seu livro de 1941 é tido como importante contribuição teórica à neoclássica de equilíbrio geral. Nesse período, chamou a atenção seu trabalho sobre a teoria da distribuição de produtividade marginal. Em 1933, contudo, havia escrito um livro – hoje clássico – sobre a teoria da competição imperfeita, que a afastava da ortodoxia. Teve neste momento uma certa querela da parte de E.H. Chamberlain, mas o interesse dela não estava aí, mas no Circo. Discutia-se então ali partes de textos de Keynes (1934-1935) que serviriam de base para a Teoria Geral (1936). Nos anos seguintes, Joan (1936-1938) foi a principal porta-voz do keynesianismo nascente. Joan reforçou em seguida (1938-1942) sua ligação intelectual com M.Kalecki, o que contribuiu para o seu livro Ensaio sobre a economia marxista (1942). Nessas décadas foi militante ativa no Partido Trabalhista e no governo (1940-1970), fazendo muitas viagens, particularmente à União Soviética, China e Ceilão. Escreveu então numerosos textos sobre a teoria do crescimento econômico; e seu livro central, *A Acumulação de Capital* (1956). Como teorizadora do crescimento econômico, suas idéias convergiam com as de Nicholas Kaldor, gerando a chamada “Teoria do crescimento Robinson-Kaldor”. A construção de modelos que combinam a teoria da procura efetiva de Keynes com uma retomada da teoria de valor de

Ricardo criou a corrente neoricardeana, formando nela os então jovens Luigi Pasinetti, Piero Garegnani, John Eatwell e Geoff Harcourt. (1965-1995).

A partir da questão chamada “Ruth Cohen Curiosum”, no debate do problema da agregação do capital no livro *Acumulação de Capital* (1956) Joan iria se envolver numa discussão de longo curso, conhecida como “controvérsia cambridgeana sobre o capital”. Todos os que fizeram a universidade nos anos (19)70 eram logo apresentados a esse debate. Joan apoiou Sraffa quando ele havia produzido o famoso texto *Produção de mercadorias por meio de mercadorias*, entrando ambos em debates com os neokeynesianos norte-americanos. A ressurreição da teoria do valor de Ricardo por Sraffa levou Joan a tornar-se líder da chamada corrente neo-ricardeana. Ela manteve sua ligação com Kalecki, que produziu modelos quantificáveis marxistas sobre a endogenia das macroflutuações. M. Kalecki (1899-1970) seria nos anos 50 e 60 funcionário da ONU e professor em seu país natal, caracterizando-se como um dos mais influentes economistas do século XX.

Joan Robinson dedicou os últimos anos de sua produtiva existência a estudos sobre as teorias de crescimento e a experiência prática de diferentes países, para enfrentar o subdesenvolvimento. Na fase (1973-1983), foi bastante crítica às teorias de equilíbrio, à obsessão pela planificação da produção (que ela chamava de “batalhas” no estilo de Mussolini) e ao burocratismo de todos os tipos. Sua simpatia a Mao Tse-Tung e à revolução cultural na China valeram-lhe inúmeras críticas. Sua censura dura aos privatistas e aos oligopólios serviram-lhe para que fosse ignorada pelas elites

do chamado Primeiro Mundo. Mesmo a social-democracia de direita a hostilizou, contribuindo para que lhe fosse negado o Prêmio Nobel, o que certamente seria até uma mancha em seu prodigioso uniforme de pessoa progressista e intelectual honesta.

Dessa forma, através de pessoas como Joan, o Circo keynesiano continuou a contribuir para a formação de novas gerações, através de discípulos como Lorie Tarshis (1911-1993), Richard Stone (1913-?), George Shackle (1903-1992), Maurice Dobb (1900-1976) e tantos outros.

Ótica Keynesiana

A crítica de Keynes à hipótese então dominante, qual fosse, a de que o mercado é capaz de, se livre, gerar uma seqüência de automatismos que o mantêm autoregulado, mostrou com toda clareza que o referido "mercado livre" não era capaz, fosse de (a) autoregular-se, fosse (b) de garantir uma situação duradoura de equilíbrio com pleno emprego. A força da teoria de Keynes é tão interessante que qualquer estudante que se sentar alguns dias e se dedicar e desdobrar o desenvolvimento equacional básico por ele indicado, verá por si mesmo as falácias necessárias de que escapar, matematicamente, à sua lógica interna, para evitar o que fazem Milton Friedman, Frenkell e outros, com suas simplificações restauradoras do neoclassicismo. Keynes, ao contrário, com seus pressupostos indica a sucessão de desajustamentos que o mercado real deve acarretar, tornando a análise macroeconômica até uma disciplina interessante.

As expectativas e os riscos associados às decisões de investimento potencial na leitura keynesiana tornam a *incerteza* e o *desconhecimento* do futuro próximo elementos importantes da avaliação do momento atual. Na verdade, caso se reflita o “curto prazo” keynesiano, ele se revela para Keynes uma rede densa de potencialidades, dentro de um arco de ciclo de Kitchin (36 a 40 meses). Nessa situação, movendo-se os parâmetros, o futuro e o passado próximos são presentes em uma densidade conveniente para medir e tomar decisões.

Os adversários e inimigos de Keynes costumam se agarrar para valorizar, às hipóteses e decisões disponíveis que ele não escolheu. Na verdade, todos os grandes teóricos sofrem esse tipo de assédio *a posteriori*, de gente ruim e incompetente. Keynes, como qualquer outro pensador, fez as escolhas que ele queria fazer, dentro de uma época em que elas tinham significado, e com os instrumentos que tal época possuía. Sentar-se hoje num computador e desdobrar cada hipótese keynesiana em dez ou vinte outras possibilidades, e construir modelos capazes de comprovar o *quanto* Keynes estava *errado*, não faz nenhum sentido. O *cabeça-de-prego* que se dedica a semelhantes exercícios se esquece que ele está usando as ferramentas que o keynesianismo lhe deu, de forma malévola. Não era função de Keynes resolver os problemas que não pertenciam à sua época. Nem criar problemas irresolvíveis de sala-de-aula, valendo-se do recurso de trabalho criado por outros para favorecer a vida das comunidades. A falsidade da análise de semelhantes antikeynesianos – muitos premiados com o Nobel – está em desservir a comunidade a que pertencem, procurando tornar a vida social ainda pior.

A ótica keynesiana revolucionou o pensamento econômico porque se interessou em transformar os implícitos da elaboração das políticas econômicas em elementos a serviço do homem comum, do pagador de impostos rico ou pobre, do homem "médio" da sociedade de massas. Para Keynes e seus seguidores, o Estado, através de seus diferentes governos, deve intervir no "mercado livre", não apenas em defesa dos empresários, mas a serviço da criação dos empregos, das oportunidades do aumento da produção. Para Keynes, os efeitos da revolução industrial não são o privilégio de um grupo de vencedores, mas devem sim ser entendidos e alcançados por todos. A eliminação do desemprego permite a cada trabalhador contribuir para o todo social. Em certa medida, nós que somos treinados em história social, revemos aqui uma retomada legitimadora das bandeiras da revolução de 1848, com sua tese de república social e garantia de direito ao trabalho.

O caráter cego dos mercados capitalistas, particularmente os mercados financeiros de investimento, conduz à *incerteza*, e ao crescente movimento de especuladores. Para gerenciar o potencial em expansão da procura efetiva, o governo deve tanto (1) assegurar remuneração adequada aos títulos, nominalmente, nos mercados, quanto (2) assegurar, em prazo mais amplo, a opção privada pelos investimentos produtivos, adotando para esse duplo fim as estratégias de mercado de títulos que permitam maximizar os ganhos do setor produtivo, no médio prazo. No curto prazo, adotam-se as políticas fiscais e monetárias adequadas a assegurar os objetivos estratégicos fixados para médio prazo.

Deste modo, no curto prazo por exemplo, os elaboradores da política econômica keynesiana puderam, como na administração Kennedy, escolher em que grau reduzir os impostos sobre a renda (ou rendimento) pessoal, medindo previamente o seu impacto sobre o consumo e, daí, sobre as variações de demanda efetiva. O livrinho editado por Walter W. Heller, *Perspectives on Economic Growth, (a vintage book)*, de 1968, ainda hoje continua sendo a “bibliazinha” daquela política econômica, com as hoje clássicas contribuições de Arthur Okun, Warren Smith, James Tobin e George Perry.

Na França, sob o impacto dos modelos kaleckianos e keynesianos, Michel Aglietta e seus seguidores lograriam instalar um sistema de acompanhamento da economia local e mundial, em que a construção e emprego de modelos cumpriram tanto um papel indicativo quanto previsivo.

Por todas estas razões, agora que a sociedade e a economia brasileiras lograram superar inúmeras situações negativas, é importante ter-se em referência as óticas que buscam uma percepção analítica das condições societárias, sendo a ótica keynesiana clássica um importante instrumento de uma história econômica e de uma análise econômica que estejam vivas.

Ótica estruturalista em economia

O elemento basilar da ótica estruturalista em economia é um privilegiamento da diferença (local ou nacional) como fonte de estudos de uma maneira de estruturar-se e de responder ao ambiente exterior em que se insere. Nesse sentido, o estruturalismo econômico nasceu (1905) da recusa

da tese de que todos os países devam reger-se pela mesma teoria econômica, e de que haja países avançados a dar um modelo e países atrasados, que devam adotá-lo, existindo, portanto, uma teoria econômica que seja *normativa*.

A percepção da importância da diferença vem de inúmeros economistas. Na virada do século XIX, para XX, Wicksell e Schumpeter, antes adeptos do conceito de uma economia normativa, mas ambos afiliados à II Internacional Socialista, se recusaram a divulgar em seguida o princípio básico da escola neoclássica, a saber, que existia uma só teoria econômica para um só mundo. Estes teóricos realçaram então a importância da *gradação analítica*, isto é, em condições distintas, os mesmos princípios resultariam em avaliação diferente face a distintas realidades e condições, tornando-se decisiva a sua mensuração para definir-lhes o papel local. Desta forma, para tantas distintas economias, haveria tantas distinções relacionais dos princípios, podendo algo ser *verdade* aqui e *falso* ali, sob outras condições. Não houve repercussão favorável a tais *conceitos de relativização*, até que eclodiu a primeira guerra mundial, e viram-se dela os efeitos práticos.

A idéia de um mundo único viu-se então pulverizada. Como resultado da Paz de Versalhes, tentou-se eliminar a Alemanha como país industrial. Como efeito da duplicidade da Itália durante o conflito, intentou-se deixá-la de fora das possessões coloniais e do fornecimento de crédito novo, etc. A sucessão dos conflitos político e econômico resultantes da guerra e o surgimento de novos países na Europa, colocaram em moda na maioria dos governos europeus, os partidos das *escolas estruturalistas*, que duvidavam de um saber

econômico universal. A Romênia, Itália, a Hungria, a Polônia, a Alemanha, etc, adotaram *políticas de economia nacional*, colocando em segundo plano o comércio internacional. Logo, a maioria desses países, para enfrentar as crises de 1919-1921;1924;1927;e 1929-1932, adotariam as chamadas políticas de *industrialização substitutiva*. Desta forma, ganhava um espaço próprio a ótica estruturalista em economia.

A dura crise de 1929-1932, com seu colapso do comércio internacional, agravou sobremaneira as relações dos países dominantes com os países subordinados, na esfera internacional. Não seria exagero afirmar que o comércio internacional iria desempenhar um papel secundário entre 1929 e 1945. Somente após a segunda guerra mundial, voltariam as antigas metrópoles a exercer um papel significativo na vida político-econômica dos antigos países coloniais e dependentes. Desta feita, com o apoio do FMI, do Banco Mundial e das bolsas de estudos das universidades metropolitanas, tratariam de refazer o tempo perdido. Contudo, haviam as metrópoles coloniais perdido algo mais do que tempo. Associado com a *análise empírica* e o desenvolvimento de seus instrumentais, o pensamento das escolas estruturalistas continuou o seu processo de evolução própria. As teorias falaciosas a serviço do capital encontraram cada vez maior dificuldade para serem defendidas. Nos anos (19)50, (19)60, e (19)70, criaram-se importantes frentes de luta intelectual contra a ortodoxia, em que certos trabalhos, mestrados, teses de História Econômica, constituíram-se elementos de recuperação de verdade.

Nesse sentido, as obras de Arghiri Emmanuel, Samir Amin, Gundher Frank, Theotonio dos Santos, Ruy Mauro Marini,

Enzo Falletto, Aníbal Quijano, Aníbal Pinto, Aldo Ferrer, Sergio Bittar, Celso Furtado, Conceição Tavares, A. Fishlow, Francisco Oliveira, Milton Santos e muitos outros, tornaram-se instrumentos indispensáveis da formação intelectual da juventude. Elas buscam a interdisciplinaridade. O monopólio do poder em mãos das forças reacionárias não pôde corresponder ao desejo de envolvimento da alma societária. A sociedade civil logrou sobreviver. E a partir dela, mantém viva a possibilidade de reconstruir os movimentos sociais.

Também nas metrópoles, o movimento da intelectualidade progressista não deu boa vida aos partidários da “exploração e das trevas”. O desenvolvimento da teoria do comércio internacional associada à função de consumo e à função de investimento permitiu colocar de novo modo as relações entre norte e sul, contribuindo para a formação de um pensamento crítico. As primeiras tentativas de planejamento em inúmeros jovens países, seguindo a experiência da União Soviética, Índia e China, refletiu a crescente importância da teoria do crescimento econômico e da busca por um desenvolvimento multilateral dos países e de suas culturas.

Infelizmente, contudo, houve aí o impacto negativo da depressão de 1973-1996, com a crise internacional de recursos, principalmente energéticos, e desenvolvimento de novas tecnologias, geralmente associadas com a chamada “terceira revolução industrial”. Uma vez que tais novas tecnologias viram-se concentradas nas mãos de um punhado de oligopólios, elas contribuíram para novos armamentos e novas guerras de agressão, consolidando uma vez mais a hegemonia de um punhado de países capitalistas, que

chamam a si mesmos de “comunidade internacional”. Apesar do fim das guerras de libertação do Vietnã, ocorreram novas guerras de agressão, como Irã X Iraque, invasão do Iraque e Afeganistão, etc, eliminando-se por um largo trecho histórico certamente, o poder de barganha ou de negociação dos países pobres.

Dentro desse ambiente, a reflexão dos pensadores estruturalistas em economia e em história econômica guarda ainda a importância de contribuir para a interpretação dos mecanismos de produção, distribuição de riquezas e defesa dos recursos escassos do planeta, recursos estes que não podem mais ser objeto da política predatória das metrópoles.

Celso Furtado (1920-2004)

Furtado, além de ser um dos teóricos do chamado estruturalismo cepalino, foi também um dos mais importantes historiadores brasileiros no século XX. Seu livro mais famoso, *Formação econômica do Brasil* (1959), causou verdadeira reação no ambiente da nossa ciência social. Foi um livro que sofreu em três anos de execração, por centrar-se no subdesenvolvimento, adquirindo, no entanto, pouco a pouco, uma posição de destaque com uma outra leitura do país. Em certa medida, durante a ditadura, o livro de Furtado se beneficiou de espaço na literatura acadêmica, da qual precisava ser excluída a influência de qualquer tipo de marxismo (1964-1985). Isso em nada depõe contra o trabalho de Furtado enquanto tal, porque é uma dessas raras obras que possui densidade enquanto historicismo. O esforço que o texto representa para captar o fluxo histórico torna-o muito mais denso do que as obras historiográficas suas

contemporâneas, em sua maioria frouxas e que não dizem a que vieram.

Dessa maneira, Furtado não é apenas o introdutor do estruturalismo de Perroux, Keynes, Nurkse e outros no Brasil. Ele é um importante trabalhador do método histórico, constituindo-se em fonte de reflexão metodológica e aprendizado para as novas gerações a se formar. Ao lado de Caio Prado Júnior, Sérgio Buarque de Holanda, Capistrano de Abreu e outros poucos, Furtado é uma possibilidade metodológica muito rica, um veio que em tudo merece ser seguido por quem deseja se formar.

Ainda no começo de sua obra certamente, ele foi expulso da vida pública brasileira pela infame ditadura de 1964. Pode-se apenas imaginar o quanto este fato prejudicou a sua criação historiográfica posterior, obrigando-o a se ausentar do país e separando-o das fontes, das pessoas e das oportunidades para aprofundar as pesquisas.

Os inimigos de Furtado procuram desmerecer o seu pensamento a partir do ataque à sua ótica pró-planejamento. Fazendo o caminho inverso destas críticas, pode-se facilmente encontrar os verdadeiros autoritários que criticam o autoritarismo das propostas de planejamento. O ponto forte de Furtado é certamente mostrar que processo algum de mudança ocorrerá em extensão séria sem a presença e a participação de um Estado pró-reformas. A alternativa ao "processo centralizador" do planejamento via-Estado é obviamente o "autoritarismo de mercado", em que os liberais socorrem apenas aos ricos e punem os pobres. Não existe e não poderá existir Estado neutro. O lugar próprio do estruturalismo latino-americano é indicar as responsabilidades

do poder público, na elaboração de uma pauta indicativa de soluções capazes de intervir na estrutura de desigualdades, para eliminar aquelas que são desnecessárias, desumanas e desumanizadoras. O humanismo está no centro da preocupação do planejamento estruturalista. Trata-se de chamar a razão a uma postura militante, porém a serviço da maioria prejudicada. O pensamento furtadiano – sem ser o único – tem esta qualidade humanista. Ela coloca, portanto, a importância do trabalho intelectual sistemático, a necessidade de se conhecer os traços próprios da realidade local, para poder debatê-la e elaborar programas corretivos. Tal pensamento requer um Estado a serviço da cidadania, para tomar as medidas que sejam necessárias a diminuir as injustiças sociais.

Por estas razões, Furtado é um notável historiador econômico, que tem o que ensinar às novas gerações. O pensador social não pode tornar-se apenas um boneco a serviço de uma suposta razão fria. Este pesquisador pertence a uma dada cultura e está embebido nessa cultura. Suas proposições, desde aí, devem fazer parte de uma compreensão viva. Ao se esforçar por melhorar o mundo em torno de si, tal pesquisador está fazendo a sua parte em favor de todos.

Os autoritários que estão a serviço do Estado-mínimo certamente acham uma maravilha o grau de concentração da propriedade e dos rendimentos que o mundo alcançou no pós-segunda guerra mundial. Eles também sentem arrepios de felicidade quando vêem o fracasso das proposições estruturalistas da CEPAL ser obtido pela via da violência e não do debate democrático. Este é o verdadeiro autoritarismo,

manter a maioria na pobreza, pelas regras do “mercado livre”. No golpe do Chile de 1973, explicava-me uma dirigente do Partido Nacional daquele país que o “povo é assim mesmo”. Estes “índios têm que ser esmagados de trinta em trinta anos”. Eis aí o verdadeiro autoritarismo.

Em nenhum momento, o pensamento da CEPAL ou de Furtado preconizaram semelhantes soluções para o “problema latino-americano”. Aliás, para os estruturalistas da região, tal “problema” não suscita irritação, suscita antes a imaginação. E foi assim que para Celso Furtado o “problema brasileiro”, com suas especificidades, não era motivo de desespero, mas era encarado como uma *oportunidade*. Era a possibilidade de se fazer algo de modo positivo. Não era a ideologia própria dos parasitas. Era produto de um legítimo sentimento de pertencer àqueles que devia servir e buscar ajudar. Era a energia criadora de um sertanejo, que via na ciência social o instrumento adequado à libertação social de sua gente, sendo ela o povo brasileiro. Como era de se esperar, Furtado foi também indicado para o Prêmio Nobel de Economia. Como no caso de Joan Robinson, no entanto, acharam no ano alguém mais interessante em cujo peito espetar aquele prêmio.

Estruturalismo latino-americano

O chamado estruturalismo latino-americano foi um subproduto da falência dos ganhos que se seguiu ao colapso do comércio internacional, com a crise de 1929-1932. Não houve na América Latina a criação de uma política industrialista, a partir de um pensamento autônomo local em Economia. Houve algo bastante ao contrário. O colapso do comércio levou a tentativas de industrialização, para obter,

pelo menos em parte, os bens que não podiam ser importados. No contexto da segunda guerra mundial, os governos dos EUA e suas empresas insistiam na necessidade dos países latino-americanos se auto-abastecerem, pelo menos tanto quanto possível. No contexto da guerra – advertia o governo Roosevelt – não havia bens para abastecer a periferia latino-americana.

No entanto, ao findar-se o segundo conflito, e tomadas as medidas para reorganizar a economia das potências vencidas (Plano Marshall), voltou à baila a necessidade de restabelecer as relações anteriores a 1929. A máquina neocolonial das metrópoles – sob a hegemonia dos EUA – voltava então a mover-se, para restaurar-se, para restaurar a velha divisão internacional do trabalho.

Neste novo cenário, (Truman – Eisenhower), buscariam alguns – apenas alguns – governos latino-americanos resistir à maré regressista, fortalecendo a independência de uns grupos intelectuais (tipo ISEB – MEC no Brasil) e apoiando uma nova teorização dos problemas latino-americanos na CEPAL-ONU. Este estruturalismo local foi, portanto, fonte para grandes agitações intelectuais e políticas, particularmente no seio da juventude, com a formação de correntes nacionalistas, socialistas, etc. Nestas condições, teve enorme impacto favorável a disseminação de outros pensadores de outras partes do mundo, com a difusão crítica, debates, etc.

A solução encontrada pela hegemonia norte-americana para todo o continente foram os golpes-de-estado, com os característicos banhos-de-sangue periódicos, para silenciar por aqui o processo de formação nacional independente. No entanto, apesar dos assassinios, torturas,

perseguições, e cessação de direitos de dezenas de milhares de latino-americanos, não foi possível eliminar de todo o movimento da história. Particularmente não foi possível eliminar a memória intelectual.

Apesar do pouco tempo de vigência das idéias estruturalistas sobre a economia latino-americana, a riqueza de suas interpretações e o colorido de sua imaginação lograram sobreviver. Tal sobrevivência se reflete hoje no nível político de vários países, e vem contribuindo para o surgimento de um novo pensamento de esquerda. Particularmente a juventude tem buscado compreender o seu verdadeiro passado histórico e encontrar ali as pistas de uma nova potenciação para o futuro.

O miolo do estruturalismo econômico da região apresenta dois aspectos: (a) a desmistificação do comércio exterior internacional como o “motor do crescimento” local; e (b) a defesa de uma política de substituição de importações, particularmente através de uma industrialização integrada da região. Estas idéias já se encontravam nas formulações originais de Prébisch e Furtado para o comércio da região, na fase inicial do trabalho da CEPAL (1948 – 1952).

A política de substituição de importações, que visa eliminar a dependência econômica da região, sempre compreende três pontos interarticulados: (1) política ativa de cada Estado local para o desenvolvimento nacional e integrado com seus vizinhos da região; (2) estímulo à exportação, conformação de fundos de recursos para promover a industrialização local e regional; e (3) política fiscal favorável aos capitais externos e sua internalização no processo de industrialização.

Ao enunciar estes três objetos já ficam eliminadas as calúnias sob pretensas fobias e xenofobias do nacionalismo latino-americano. Os novos governos democráticos tiveram que enfrentar a falta de meios para pôr em marcha a retomada dos elementos básicos necessários à integração – ao menos – sul-americana. Foi criado na atualidade o Mercosul e tomadas as medidas iniciais para adotar regras de cooperação e complementaridade do comércio local em integração e – tanto quanto possível – estender tais medidas no sentido da produção local global.

Vê-se assim a elevada importância que possui a retomada do pensamento estruturalista latino-americano em termos de pesquisa econômica. A formação de uma nova geração de historiadores econômicos capacitados a empreender o estudo da região, desde suas condições efetivas, é parte importante desse novo despertar político que a atualidade apresenta.

Novas tarefas da velha divisão internacional do trabalho continuam sendo atribuídas à América Latina. As necessidades de empregos e de desenvolvimento da região são totalmente ignorados pelas políticas oligopolistas, seus teóricos da escola de Chicago e pelos governos locais que eles têm sob sua subordinação. Dessa forma, elaborar um programa alternativo que corresponda aos interesses do consumo e da elevação rendimento locais só pode se dar com o estudo dos cenários e das condições latino-americanas. O conhecimento de sua história econômica recente, a elaboração descritiva e analítica de seus mecanismos próprios é o caminho que nos apontam grandes estudiosos da nossa parte da América,

como Raul Prébisch, H. Singer, Celso Furtado, Noyola Vasquez, Aníbal Pinto e tantos outros mestres.

Debate (resumo)

→De que maneira pode o pleno emprego resultar da procura efetiva, se ela é necessariamente menor do que toda a procura potencial?

A dificuldade resulta da aplicação da teoria neoclássica. Nas condições da teoria keynesiana o rendimento e a procura efetiva agregada não permanecem constantes – ajustadas – ao longo do tempo. O consumo é uma tendência histórica porque só pode sustentar-se no essencial, nas necessidades básicas, pelo menos nas condições de crise. Não tem lógica que ele se mantivesse no mesmo patamar ou aumentasse nas situações de crise, com perda de emprego, recuo da produção, cautela nos investimentos e no crédito, etc. Na teoria clássica ou na neoclássica, a variação na taxa de juros igualaria os volumes dos investimentos e da poupança, o que escapa ao sentido da teoria keynesiana. Para a teoria geral, o rendimento agregado depende do volume do pleno emprego. A propensão a consumir indica que a quantia de despesas para o consumo dependeria do nível do rendimento, ou seja, (a) das despesas de consumo e (b) das despesas de investimento. Como a oferta agregada e a propensão a consumir tendem a flutuar menos, serão as flutuações do investimento o elemento primário das oscilações do volume de emprego.

→Por que o Estado deve cortar suas despesas nas condições de crise?

Pelo menos, esta é uma recomendação pelo contrário que aparece todos os dias na mídia. Vou citar aquele velho ditado Sioux: “o homem branco fala com a língua em forquilha, como uma serpente. Uma ponta da língua diz uma coisa, a outra ponta diz outra”. A sociedade, como a serpente do Sioux, espelha o discurso contraditório dos interesses que não convergem. Aqueles que perdem o seu dinheiro na crise desejam que a massa total dos impostos recolhidos pelo governo seja reservado para seu socorro, com a compra de seus papéis podres, o funcionamento de suas empresas, etc. No entanto, o que seria lógico, para diminuir o impacto da crise, seria o governo investir os seus fundos, seja dos impostos, seja induzido, de acordo com o potencial de maximizar a retomada do emprego e sustentar o nível de consumo das famílias. Keynesianamente, também deveria identificar as atividades que mais puxariam a expansão das taxas de crescimento e financiá-las.

Nas circunstâncias da presente crise, o nível de sofisticação do controle econômico poderia permitir fazer escolhas precisas, macro e microeconômicas, do que virá socorrer ou não; e a quem ou o que financiar. No entanto, de certa forma, entraria em conflito com a ordem jurídica, em virtude do caráter privado dos potenciais beneficiários. As despesas públicas devem ser um tanto desfocadas, com aumento de gastos que sejam mais tiros que batem áreas do que atinjam alvos precisos. Do contrário, uma parte dos capitalistas não aceitaria tal procedimento.

→O controle de despesas do governo em crise não pode evitar uma quebra ainda pior?

Não se pode administrar uma sociedade ou um país como se fosse uma casa de família. Isso é um discurso de políticos na mídia, que o limite de gastos do Estado deve ser igual ao de qualquer família. A Macroeconomia é a ciência que trata dos grandes agregados, como os países. Os países não podem falir, como as famílias. Do ponto de vista contábil-empresarial, os EUA estariam falidos, quando com despesas de guerra muito acima de suas rendas, gastou 65 bilhões de dólares na produção da primeira bomba atômica. Ou quando Bush produz um déficit de 275 bilhões hoje. Quem vai emitir a promissória? Quem vai cobrá-la? Os jornalistas perguntaram ao Williamson se Bush ia à reunião dos G-20 atrás dos nove trilhões que estes têm em cofre. Depois de tergiversar, Williamson calou-se e disse: "sim".

→Por que o valor da economia financeira supera várias vezes o valor da economia real?

Isto porque a economia financeira representa uma montanha de papéis. Ninguém abandona as posições que já conquistou por outras em estado de ficção. Fazendeiros e industriais ganham os lucros que podem ganhar em suas atividades e mantêm-se como proprietários para: (1) manter o seu nível de vida; (2) aumentar seu consumo através dos créditos que obtêm graças às suas posições de classe; (3) participar do lucro de outros, com jogos financeiros, bolsa, usura, etc. A reprodução do capital – como indica Kalecki – é garantida pelo consumo dos capitalistas e não com aquele consumo dos trabalhadores.

→Como sugere Keynes quedas nas taxas de juros para o capital especulativo?

Através da colocação de ondas sucessivas de títulos no mercado, com taxas de remuneração diferentes. A elevação da remuneração nominal baixa o ganho dos títulos emitidos anteriormente a taxas inferiores. Quem investiu o mesmo montante, perde ou ganha com taxas diferentes. Por exemplo, você colocou 100 reais a 8% e outro colocou a mesma quantia a 12%; e o prazo é o mesmo, você perdeu cerca de 3,6% em relação a ele, ou seja, quase a metade da sua taxa. Dê uma olhada em Dudley Dillard, A teoria econômica de John Maynard Keynes, da pp153 a 160. Deve ser a política do Banco Central (Bacen) obrigar as taxas de descontos dos bancos membros a seguir as variações das taxas de redesconto do Bacen. Para Keynes, uma melhoria prática na técnica da regulação monetária é fazer-se um oferecimento complexo do Bacen para comprar e vender – aos preços estabelecidos – títulos mais seguros e de todos os vencimentos.

Se a eficácia marginal do capital descer a um nível muito baixo, o Bacen nada pode fazer para lograr uma recuperação, via a diminuição da taxa de juros.

→A pergunta que não que calar: e agora? E os próximos dez anos?

Uma das questões interessantes das correntes estruturalistas é que elas trabalham com o conceito de crise e a relação das crises com o movimento periódico dos ciclos. Não se reduzem estas correntes a observar flutuações, mas buscam entender seus padrões e sua natureza. Daí uma quantidade enorme de informação disponível para análise. A crise atual é o que se convencionou chamar uma *crise geral*, ou seja, uma (a) combinação de uma baixa cíclica com

(b)uma crise de realização. Pode-se deduzir daí a gravidade de seu impacto. O sistema capitalista tem sua dinâmica a partir das crises. Isso não é novo. Foi assim, é assim e continuará sendo assim. É da sua natureza. Esta crise era esperada para 2012 ou 2013. Antecipou-se por acúmulo de erros específicos. Isso quer dizer que a crise de 2022 antecipar-se-á para 2021? Quem sabe?

Empiricamente é possível medir, e acreditar ou não na efetividade futura das medições. Depende do acerto dos parâmetros escolhidos. Depende da dança do “ceteris paribus”. O que se vai mexer, diferente daquilo que se pode prever? Há muitos modelos e muito potencial de debate neles.

→O problema da separação entre a economia financeira e a economia real: quais as crises que não afetam a economia real?

A distância entre as crises e a natureza da crise vindoura depende da (1) maneira com que foi feita a recuperação da crise prévia e sobre que (2) fundamentos. Isso indicará em que grau a próxima crise irá afetar a economia real. Não existe, na verdade, separação entre “crise na economia financeira” e “crise na economia real”. Isso porque o mercado financeiro é um lugar onde se fazem apostas sobre o desenvolvimento futuro da economia real, com o dinheiro que pode se converter ou não em força produtiva em um futuro próximo. O discurso que atribui uma autonomia ao mercado financeiro é marcadamente propagandístico, fora que as autoridades e as pessoas comuns não manifestam o desejo de regulamentar-lhes as atividades. Esta crise, por exemplo, foi resultado de ganhos excessivos e manipulações excessivas com o capital

imobiliário. Semelhante operação de alavancagem, troca e acumulação de derivativos, etc, foi feita com ampla contaminação e sem nenhum controle. Logo, a montanha de papéis sem valor que gerou se revelou no momento em que os recursos faltaram para (1) continuar construindo casas ou (2) pagar as casas construídas. Haverá uma fuga para todos os ativos de valor intangível ao papelório perdido e o último de tais ativos, o menos valorizado, mas ainda fronteiriço, será o dólar norte-americano. Só depois que os mercados produtivos estiverem parados e o dólar parar de se valorizar poderá algum setor da economia real retomar a atividade expansiva. Até lá, não há como separar a destruição necessária, de uma destruição – aparentemente desnecessária –, uma da outra.